FILIAIS E AGÊNCIAS CGD

Filial de Vila Real

A Delegação

Em 2016 assinalam-se os 128 anos de atividade da Caixa Geral de Depósitos (CGD) na cidade de Vila Real, pois data de 10 de janeiro de 1888 a abertura da primeira conta (30.000 réis em nome de João Batista Guerra, advogado) na Delegação da Caixa Económica de Vila Real instalada no Palacete dos Condes de Amarante, no qual funcionava, também, a Repartição de Finanças.

Por iniciativa do 1º Conde de Amarante, o General Francisco da Silveira Pinto da Fonseca (governador militar da província de Trás-os-Montes durante as invasões francesas), este edifício foi construído em 1816 sendo denominado Palácio do Sabugueiro. Em 1840 tornou-se edifício público e nele foram instalados diversos serviços, nomeadamente o Governo Civil.

De acordo com o plano estratégico da CGD e a sua progressiva autonomia, na linha das orientações definidas no *Regulamento Provisório* de 1877 e que seriam reforçadas, em 1918, pelo art.º 1.º da *Lei Orgânica* da CGD afim de *"12.º Criar filiais, delegações ou agências com pessoal próprio da Caixa, onde o julgue necessário;"*[1], a instituição definia a instalação de serviços condicentes com o estatuto e a imagem que ia adquirindo.

A última conta constituída na Delegação data de 6 de maio de 1920 (160$00 em nome da Junta de Freguesia da Campeã) e possuía o n.º 2135, finalizando uma etapa de 32 anos de funcionamento.

A primeira Filial

Devido ao desenvolvimento da atividade bancária e à adequação dos serviços a esse incremento, apresentava-se como necessário a transferência para novas instalações. Para o efeito, a CGD optou pela aquisição do Palacete Torres, edifício de três pisos, o qual tinha a particularidade de ser o local de hospedagem do rei D. Luis, fundador da CGD, aquando das suas deslocações àquela região (no período entre 1903 e 1914, o edifício foi ocupado pela

[1] Lei Orgânica da Caixa Geral de Depósitos, Decreto com força de lei n.º 4 670 de 14 de Julho de 1918, Diplomas Complementares, Tipografia da Caixa Geral de Depósitos, Lisboa, 1927, p. 9.

Escola Normal do Magistério Primário, tendo sido convertido em depósito militar com o deflagrar da 1.ª Grande Guerra).

A aquisição, conforme expresso em relatório da CGD de 12 de junho de 1919, cifrou-se em 12.050$00 após entendimento com o Ministério da Guerra enquanto ocupante do imóvel e potencial interessado na aquisição, tendo a Administração dado em 12 de julho instruções à Contabilidade para instruir o processo de compra.

O processo ficou concluído através da carta cível de arrematação de bens, de 30 de abril de 1920, e resultante da ação de execução fiscal do respetivo Auto de penhora em favor da CGD, aplicada pela Fazenda Nacional ao seu proprietário.

A Filial de Vila Real inaugurou ao público em 10 de maio de 1920, tendo como gerente Manuel Ferreira Proença (entre 10 de maio e 2 de setembro desse ano) e oito funcionários, registando-se a abertura de quatro contas no dia da inauguração: 2.000$00 (gerente da Filial), 15$00 (empregado da Filial), 20$00 (doméstica) e 1.300$00 (lavrador).

Estas instalações foram utilizadas durante algumas décadas sendo objeto de diversas obras de alteração dos espaços interiores, como seja a adaptação das divisões afetas à habitação do Gerente para a Junta Médica.

No entanto, para além do desenvolvimento da atividade bancária e da localização da Filial, que se foi tornando inadequada face ao crescimento da cidade, as frequentes obras de reparação devido às deficitárias condições do edifício impunham a necessidade de mudança de instalações.

Após a inauguração do novo edifício da Filial em 1961, a CGD colocou, no dia 28 de novembro de 1963, o Palacete Torres à venda em concurso público tendo as propostas sido abertas em 4 de fevereiro de 1964 e adjudicada a venda a Joaquim Maximiano Correia e António Pereira pela quantia de 504.000$00, em 21 de abril desse ano.

A construção do novo edifício da Filial

A escolha da futura localização do novo edifício foi motivo de divergências entre as entidades envolvidas.

O município propunha, em 23 de fevereiro de 1952, um espaço localizado na Av. Carvalho Araújo, junto do Palácio da Justiça e dos Correios, informando a CGD que *"Tem esta Câmara Municipal reservado, desde há anos, (…) impedindo que outras edificações ali sejam levadas a efeito, parte do terreno presentemente ocupado por alguns prédios que para esse fim terão de*

ser expropriados e outra parte que é propriedade municipal (…)"[2], tendo a Administração da CGD conhecimento de que o Governador Civil da cidade considerava esta localização como a mais adequada.

A esta proposta opunham-se diversos setores da sociedade civil, conforme exposto à CGD pela Acção Católica Diocese de Vila Real, pois *"(…) obrigaria demolir magníficos prédios existentes no local escolhido (…) e onde iniciativa particular vai em realisação imediata levantar obras importante valor e embelezamento."*[3].

Semelhante posição encontrava-se exposto no parecer emitido pelo inspetor da CGD, em 28 de abril de 1952, o qual indicava que deveria ser equacionada outra localização, nomeadamente no Largo Visconde de Almeida Garrett junto das instalações do Banco de Portugal e do Banco Nacional Ultramarino, por considerar como sendo o centro do movimento citadino.

No entanto, em parecer da Comissão Administrativa das Obras da CGD (CAOCGDCP) datado de 22 de janeiro de 1954, foram expostos motivos considerados relevantes para a opção de construção da Filial na Av. Carvalho Araújo, nomeadamente as caraterísticas do desenvolvimento urbano, opção aceite pelo Conselho de Administração da CGD e pelo Ministério das Obras Públicas (MOP).

Data de 19 de abril de 1954 o contrato de execução do projeto de construção do novo edifício, celebrado entre ao Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o Arq.º António Lino, pelo valor de 75.000$00, tendo este iniciado os trabalhos com a apresentação, em 15 de julho, de um estudo relativo à análise das áreas disponíveis.

Após análise do anteprojeto, e no âmbito de remodelação da Praça Luis de Camões por parte da Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos, a Administração da CGD, em Ofício de 29 de maio de 1956, considerou que o espaço de implantação do edifício seria insuficiente sendo necessário a aquisição de dois prédios adjacentes aos dois já adquiridos pela CGD.

Esta alteração implicou a necessidade de correção do anteprojeto já realizado, sendo comunicada a decisão ao Arq.º António Lino e rescindido o contrato existente. Foi elaborado um novo contrato (N.º 65669/1041), assinado em 4 de novembro de 1957, pelo valor de 80.000$00.

Nos anos de 1956/1957 foram realizadas negociações com os proprietários e inquilinos dos prédios existentes no espaço selecionado com vista à desocupação e, posterior, demolição dos

[2] AHCGD, Caixa. 29, Pasta DPO-194 (Vila Real) – Ofício N.º 500.

[3] AHCGD, Caixa. 29, Pasta DPO-194 (Vila Real) – Telegrama N.º 1427, de 22 de janeiro de 1945.

edifícios. Os prédios foram adquiridos a: Cândida Rosa Fernandes Lôbo e Herdeiros de Manuel Pinto dos Santos, Gracinda de Figueiredo Moura, Alberto Alfredo da Silva Lôbo e Antero Augusto Antunes.

Para além destes prédios, a CGD adquiriu à Câmara Municipal uma área de terreno público com 119 m², *"(…) ao preço de 100$00 por metro quadrado (…)"*[4], conforme Ofício N.º 1338 do Presidente do município Humberto Cardoso de Carvalho.

Em despacho do Ministro das Obras Públicas, Eduardo de Arantes e Oliveira, datado de 3 de julho de 1957, foi aprovado o projeto do Arq.º António Lino (apresentava três pisos totalizando 1.106m²) e autorizada a sua colocação a concurso público com vista à execução dos trabalhos de construção.

De acordo com o projeto, os serviços apresentariam a seguinte distribuição:

- Rés/chão – Caixa Económica (Expediente, Repartição, Gabinete do gerente, Arquivo, Instalações sanitárias, Sala técnica);
- 1.º Piso – Casa de Crédito Popular, Inspeção Médica da Caixa Geral de Aposentações;
- 2.º Piso – Habitação do gerente, Sala da Inspeção.

A abertura das propostas para a empreitada de construção ocorreu em 14 de abril de 1958, tendo sido rececionadas cinco cotações. A mais favorável foi apresentada pela empresa Grave & Minas no valor de 1.786.503$00, com um prazo de execução de 730 dias.

O contrato foi assinado em 14 de maio desse ano pelo valor global de 1.965.153$30, constituído pela cotação apresentada e acrescido de 178.650$30 para trabalhos imprevistos.

O início das obras ocorreu em 22 de julho de 1958, conforme Auto de Consignação de Trabalhos, tendo o primeiro Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos sido registado em 27 de agosto de 1958 e o último em 26 de agosto de 1960.

Em fase de conclusão da obra, e no sentido de proceder aos trabalhos de pavimentação dos passeios envolventes ao edifício, a CGD adjudicou à Câmara Municipal a execução desses trabalhos procurando a sua uniformização com os restantes pavimentos da cidade, em termos estéticos e materiais.

A cerimónia de inauguração decorreu em junho de 1961 com a presença do Ministro das Obras Públicas (Eduardo de Arantes e Oliveira), do representante da CGD (Diretor Geral Pena da Silva) e de autoridades eclesiásticas, civis e militares.

[4] AHCGD, Caixa. 30, Pasta DPO-197 (Vila Real) – Ofício N.º 1338, de 28 de julho de 1958.

O Auto de Receção Provisória foi registado em 21 de agosto de 1961 e o Auto de Receção definitiva foi celebrado em 23 de agosto de 1962, com a presença dos engenheiros José de Espregueira Mendes (Diretor Delegado) e José Agostinho Pinto Freire de Figueiredo e Castro, elementos da CAOCGDCP.

O desenvolvimento socioeconómico desta região transmontana, e nomeadamente da cidade, para o qual tem sido relevante a contribuição da CGD através de apoio aos mais diversos setores da sociedade, implicam a necessidade de periódicas obras de remodelação que procuram adaptar os espaços ao elevado padrão de qualidade de serviço disponibilizado pela CGD.

Das remodelações realizadas, realça-se a afetação de todos os espaços do edifício ao serviço bancário, a integração da Filial na rede de teleprocessamento em dezembro de 1982 e a instalação de Caixas Automáticas internas.

Bibliografia

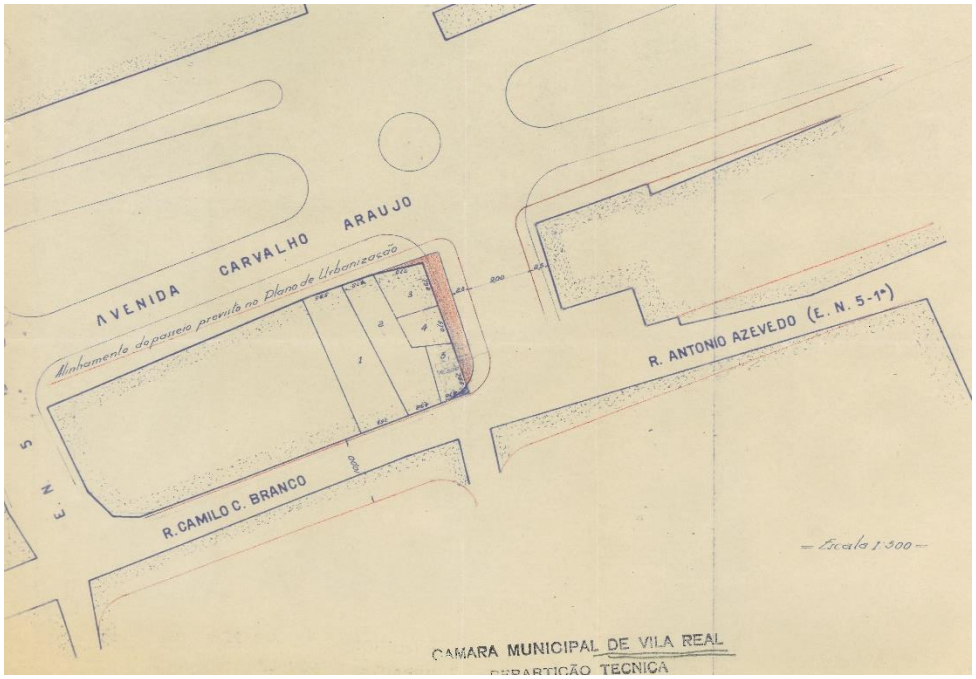
- AHCGD, Caixa. 29, Pasta DPO- Processos n.º 192, 194, 195 (Vila Real).
- AHCGD, Caixa. 30, Pasta DPO- Processos n.º 196, 197, 198 (Vila Real).
- BRITES, Joana Rita da Costa, *Arquitectura da CGDCP, Filiais e Agências da Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência, 1929-1970*, Prosafeita : Lisboa, 2014, ISBN 978-972-95869-7-2.
- CGD, *Boletim de Informação Interna*, Novembro, n.º 74 - Suplemento, CGD-Gabinete de Codificação e Emissão de Normas, Lisboa, 1989.
- *Lei Orgânica da Caixa Geral de Depósitos, Decreto com força de lei n.º 4 670 de 14 de Julho de 1918, Diplomas Complementares*, CGD, Lisboa, 1927.

Joaquim Pombo Gonçalves

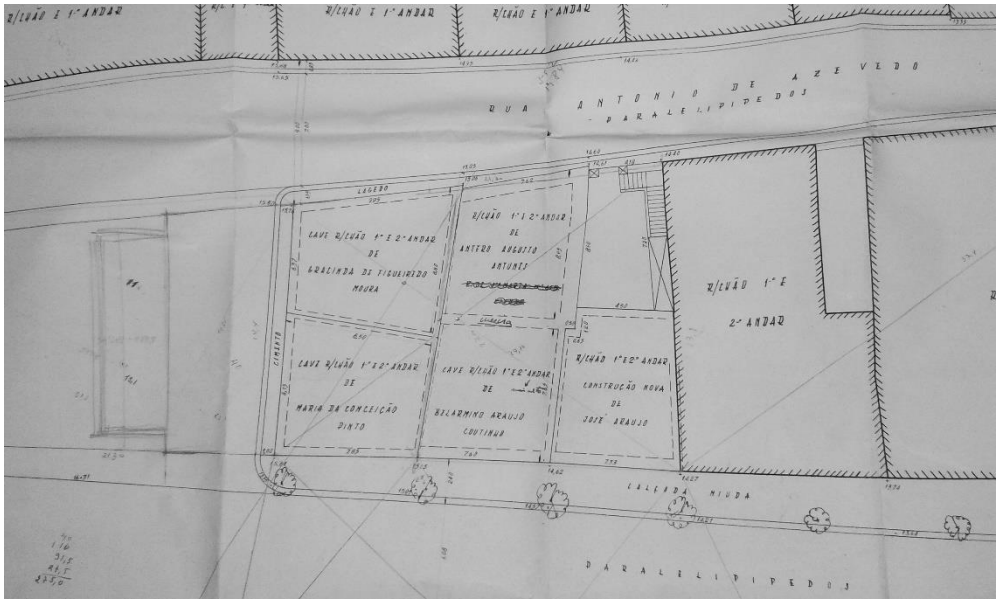
Gabinete do Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos

Janeiro de 2016

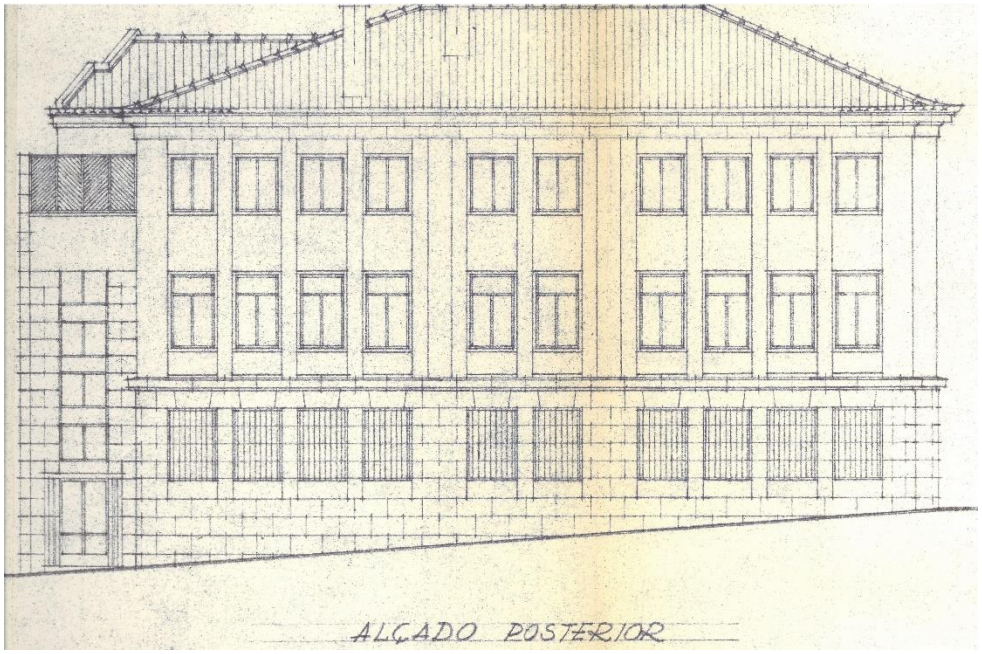
GALERIA DE FOTOS



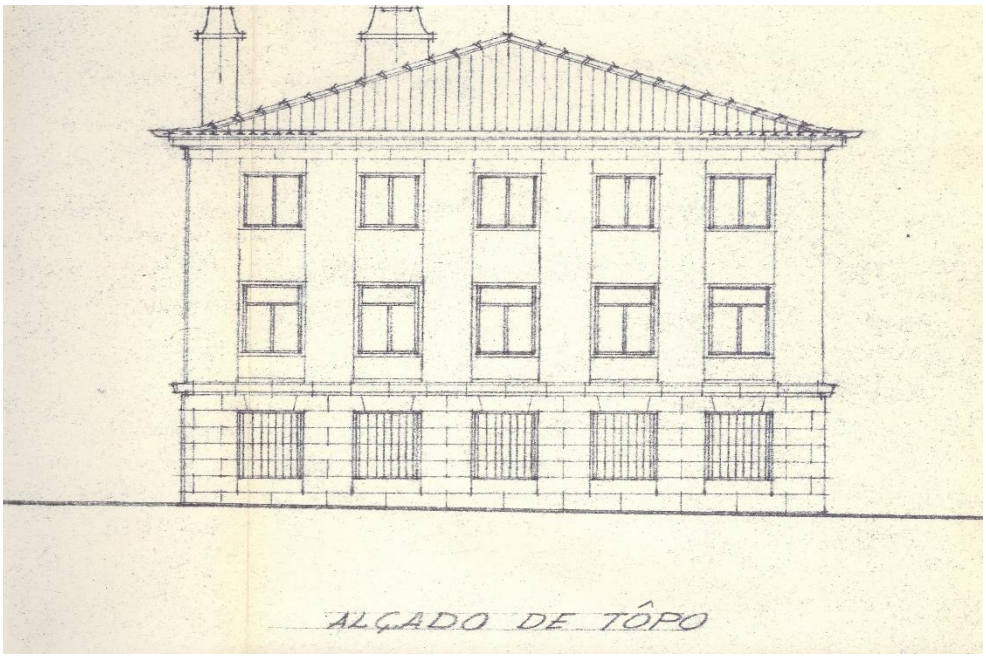
Planta para implantação da Filial - 1952



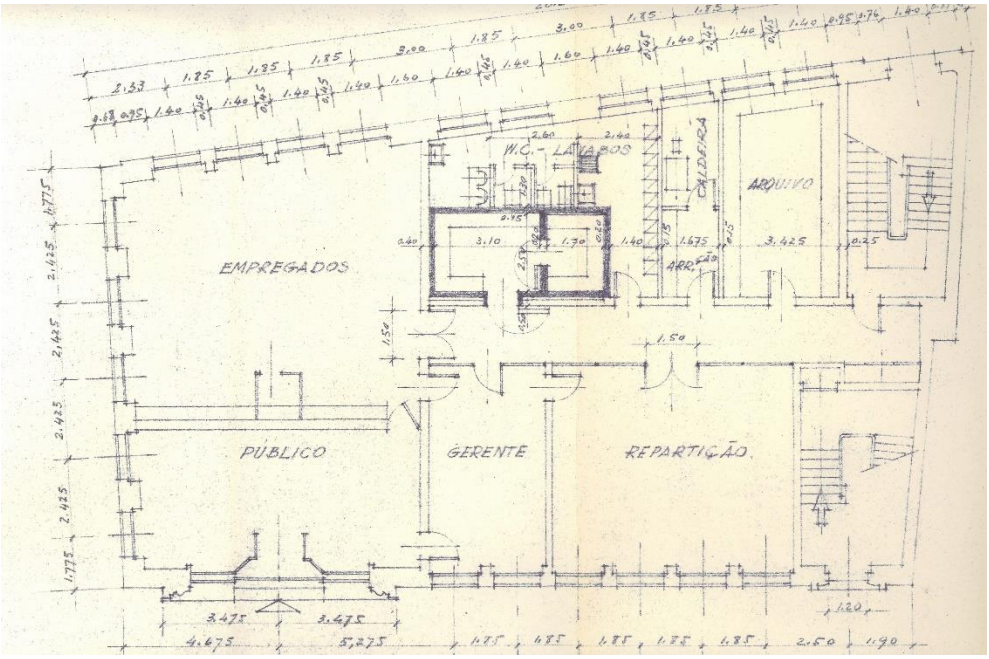
Planta dos terrenos adquiridos - 1956



Alçado posterior - 1957



Alçado de topo - 1957



Planta rés/chão - 1957

Edifício da Filial - 1989